



Políticas do movimento estudantil de psicologia no Brasil

Politics of the student movement of Psychology in Brazil

Domenico Uhng Hur
Universidade Federal de Goiás

Henrique Araujo Aragusuku
Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

Nos estudos da história da psicologia brasileira, um campo que costuma ser pouco investigado é o da história de suas entidades políticas. Este artigo visa realizar um histórico do movimento estudantil de psicologia para discutir suas práticas políticas. Realizamos uma revisão bibliográfica e a observação participante de Encontros Nacionais de Estudantes de Psicologia. Diferenciamos quatro formas de organizações estudantis a partir do conceito de movimento social de A. Melucci: a organização tradicional que tem fins políticos, a associação esportiva, a empresa júnior e os coletivos sociais autônomos. Concluimos que o movimento estudantil de psicologia modulou sua atuação a partir dos principais acontecimentos políticos do país, como a opressão do regime militar, a redemocratização do país, a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal e o atual momento de crise política e radicalização das lutas sociais. Sua atuação também focou a formação em psicologia, com muitos debates sobre o currículo dos cursos de psicologia desde a década de 1960.

Palavras-chave: movimento estudantil; psicologia política; movimentos sociais; história da psicologia

Abstract

In studies about the History of Brazilian Psychology, the history of its political entities is a field hardly investigated. This article aims to conduct a history of the student movement of Psychology to discuss its political practices. We carried out a literature review and a participant-observation of National Meetings of Psychology Students. We distinguished four forms of student organizations based on the concept of social movement by A. Melucci: the traditional organization with political purposes, the sport association, the junior enterprise and the autonomous social collectives. We conclude that the Student Movement of Psychology has coordinated its actions based on the major political events of the country, such as the oppression of the military dictatorship, the democratization of the country, the rise of the Workers Party (PT) to the federal government and the current moment of political crisis and radicalization of social struggles. Its action also focused on training in psychology, with many discussions about the curriculum of the Psychology course since the 1960s.

Keywords: student movement; political psychology; social movement; history of psychology

Discutir a história e as práticas do passado é uma tarefa de intensa magnitude. Mas estudar a história e as práticas políticas de um presente que se constitui é tarefa ainda mais



árdua ao investigador. Tal tarefa pode se complexificar ainda mais quando se trata da história das entidades políticas da Psicologia brasileira (Bock, 1999; Hur, 2007, 2009, 2012; Aragusuku & Lee, 2015), pouco estudadas, se compararmos com o montante de pesquisas em história da psicologia brasileira (Massimi, 1990; Guedes, 1998; Antunes, 1998; Massimi & Guedes, 2004, etc.). Se as histórias das entidades políticas da Psicologia são escassas, a história do movimento estudantil de psicologia¹ carece ainda mais de registros acadêmicos. Tal fato pode advir de inúmeros fatores, como a desvalorização dos próprios estudos da política pela psicologia, em que a Psicologia Política ainda é uma área emergente no país (Sandoval, Hur & Dantas, 2014; Hur & Lacerda Jr., 2016); a desvalorização das práticas das entidades políticas da psicologia, por não serem acadêmico-científicas; e da própria desvalorização do ME-Psi, por ser um movimento político de estudantes, não contando assim com a importância de pesquisadores/as² e nem dos/as estudantes representados/as, em que muitos/as desconhecem a existência de um movimento nacional de estudantes de psicologia.

Este artigo visa realizar um histórico sobre o movimento estudantil de psicologia brasileiro, para discutir suas práticas e posicionamentos políticos. Assim, o foco deste ensaio é refletir sobre as práticas políticas na história do ME-Psi, visto que seu histórico já foi primorosamente realizado por Ribeiro (1998, 2007), a principal referência da área investigada.

O histórico sobre o movimento estudantil de Psicologia até o ano de 1997 foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica do pouco material existente sobre o assunto: a dissertação de mestrado de Ribeiro (1998) e um artigo de sua autoria que “resume” a sua dissertação (Ribeiro, 2007). A partir de 1997 o histórico foi realizado na análise de fontes primárias de pesquisa e na observação participante (Creswell, 2010) efetuada pelos próprios autores. Por fontes primárias de pesquisa, nos referimos a todos os materiais que não passaram por processos analíticos posteriores, aos dados que se encontram em seu estado “bruto” ou “original” (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009) – como atas de reuniões e plenárias, mensagens de email, páginas virtuais, estatutos e documentos internos, panfletos etc. Parte significativa dos documentos sobre o ME-Psi foram obtidos por meio virtual, no site oficial da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia, atualizado até 2015; no seu grupo de

¹ Neste artigo, sempre que se refere ao movimento estudantil utiliza-se a sigla ME e ao se referir ao movimento estudantil de psicologia utiliza-se a sigla ME-Psi.

² Tal desvalorização é exemplificada no livro comemorativo dos 40 anos do curso de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Apenas cita o Diretório Acadêmico de psicologia da UFRGS a partir de 2003, ignorando todo o seu protagonismo histórico na organização política de estudantes de psicologia no cenário nacional. Um importante espaço de reunião e organização política e acadêmica dos/as estudantes gaúchos de diferentes faculdades na década de 1990 conhecido como Psico 8 e 1/2 foi retratado apenas como um evento festivo, sendo subtraída toda sua importância política: “(...) ocorrem as festas universitárias conhecidas como “Psico 8 e 1/2”, que proporcionaram alegres encontros com estudantes deste e de outros cursos” (Piccinini et al., 2014, p.119).



e-mail público, que funcionou de 1999 a 2016; e no e-mail privado e oficial desta entidade³. O método da observação participante possibilitou o acesso a informações para além do documentado, a partir do contato com vivências e relatos sobre o ME-Psi, sendo uma importante fonte de dados únicos de pesquisa⁴. A observação participante pode se constituir como um importante lugar de intercâmbio entre pesquisador e pesquisado, no qual esses diferentes papéis se entrecruzam, tal como apresentado por Fernandes (2015):

Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento (p. 490).

Participamos do ME-Psi entre 1997 e 2002, no Centro Acadêmico Iara Iavelberg dos Estudantes de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), no Conselho Regional de Estudantes de Psicologia de São Paulo (COREP-SP) e no Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia (CONEP); e entre 2011 e 2016, no Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e na Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP). Devido a tal experiência e interesse, realizamos pesquisas e coletamos dados sobre o ME-Psi ao longo e após a graduação. Individualmente, fomos convidados pelo ME-Psi como palestrantes para relatar o histórico do movimento em algumas reuniões do CONEP na Universidade Católica de Goiás (UCG), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também participamos como palestrantes nas mesas-redondas sobre ME-Psi no XIX, XX, XXI, XXVI e XXVIII Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), ocorridos, respectivamente em Vitória/ES, Curitiba/PR, Campo Grande/MS, Goiânia/GO e, novamente, Vitória/ES. Nosso estudo abarca até a ocasião do XXIX ENEP, ocorrido em 2016. Portanto temos duas diferentes inserções na temática, num primeiro momento como participantes e num segundo enquanto pesquisadores. Consideramos que este estudo além de ser uma contribuição ao campo da história da psicologia, contribuirá principalmente com a memória do próprio ME-Psi.

Para refletir sobre as práticas políticas do ME-Psi, primeiramente discutimos se o movimento estudantil é um movimento social. Em seguida, realizamos uma breve contextualização sobre o ME na década de 1960, momento em que se tornou porta-voz das

³ Página oficial da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP), atualizada pela última vez em 2015, (coneponline.wordpress.com, acesso em 08/05/2017); página do grupo público de e-mail da CONEP (br.groups.yahoo.com/neo/groups/conep/info, acesso em 04/03/2017); e e-mail particular da entidade (coneponline@gmail.com).

⁴ Gostaríamos de agradecer pela disponibilidade em dialogar, pelo compartilhamento de experiências e pelos relatos de ex-militantes do ME-Psi nacional, em especial a Ana Teresa Bonilha, Alessandro Soares da Silva, Carlos Eduardo Costa, Carolina Barbosa Roseiro, César R. Fernandes, Isabel Keppler, José Anezio Fernandes, Karina O. Martins, Lidiane dos Reis Souza, Maria F. Aguilar Lara, Naiana M. Gonçalves, Nayara G. Del Santo, Thiago R. de Lira, Thiago S. Bagatin, e Vanessa C. Furtado.



demandas políticas do país. Finalmente, versamos sobre o histórico do ME-Psi para refletir sobre as práticas políticas que assumiu neste período, desde sua constituição até 2016.

O movimento estudantil é um movimento social?

Sabe-se que a Universidade, como qualquer outra Instituição social, estrutura-se a partir do que Castoriadis (1982) denomina de heteronomia instituída. Entendemos, conforme Lapassade (1980), que há uma “classe institucional” – docentes, que detém o poder e os principais cargos políticos e administrativos. Por outro lado, os outros dois segmentos ficam subjugados, como é o caso dos/as funcionários/as e dos/as estudantes. Nas Universidades também se constata formações ligadas ao conservadorismo e à mudança. Geralmente as reitorias e direções de faculdades exercem o poder coercitivo e de conservação, enquanto as associações de docentes, os sindicatos de funcionários/as e as associações e coletivos estudantis exercem a pressão para a transformação. Obviamente quando estas não aderem politicamente ao poder instituído.

Neste contexto, o/a estudante ingressa na faculdade como aluno/a. Uma das possíveis origens etimológicas da palavra *a-luno* significa sem luz. Tem reduzido poder de deliberação institucional e a ele/a apenas é permitido seguir as regras instituídas. Soma-se seu caráter transitório na Universidade, que conforme Foracchi (1972), se caracteriza mais por um vir a ser, por uma condição de trânsito, de devir, do que consolidação. Neste contexto, uma das saídas frente à heteronomia institucional é a constituição de alianças entre estudantes. Nessas alianças o/a estudante deixa o seu isolamento para compor redes de potência com outros/as estudantes, formando um coletivo social. O sujeito sai de seu isolamento para agenciar relações de força com o coletivo estudantil, para melhor fazer valer sua voz e seu desejo dentro de sua Instituição. Então, com grupos constituídos, passa a ter mais poder e potência dentro da Instituição. Deste modo, o ME muitas vezes configura-se como uma máquina de guerra contra o Aparelho de Captura universitário. Para Deleuze & Guattari (1997) a máquina de guerra é um conceito que se refere a um agenciamento que pode desterritorializar as relações instituídas, impondo fissuras, fendas e dobras frente aos estratos constituídos. Já o Aparelho de Captura pode ser entendido como a Instituição estratificada, normatizada, regrada e instituída. Então com a utilização do conceito de máquina de guerra, pretendemos dizer que o ME tem uma ação de ruptura e desterritorialização das práticas cotidianas da Instituição Universidade, e até da sociedade, instituindo novos regimes de enunciados e configurações de poder.

As redes de aliança entre estudantes iniciaram-se no século XXVIII com suas primeiras manifestações (Poerner, 1979). Entretanto foi apenas na década de 1930 que foi organizada sua associação nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE participou e influenciou em uma série de acontecimentos políticos da História do país (Mendes Jr, 1982). A luta pela democratização do poder institucional chegou a tal ponto, que na década de 1960,



os estudantes da USP organizaram a Greve do 1/3, na qual reivindicavam a parcela de 1/3 na deliberação dos assuntos da Universidade para os/as estudantes: lutava-se por uma divisão de poder democrática, entre docentes, funcionários/as e estudantes (Ribeiro, 1998). Proposta transformadora que pretendia instaurar um regime de forças igualitário na Instituição universitária, em uma época que havia uma hierarquia rígida, depositada na figura do professor catedrático. Essa mobilização foi derrotada devido ao aumento da opressão operada pelos mecanismos repressores do período do regime militar.

Mas o que é o movimento estudantil (ME)? Toda a organização estudantil pode ser considerada ME? O ME pode ser considerado um movimento social? Existem diferenças nas práticas do ME-Psi com o ME da década de 1960? Atualmente, constata-se uma infinidade de diferentes atuações de estudantes. Propomos uma subdivisão em quatro grupos amplos. O primeiro é o que se preocupa com as questões políticas do país e da educação, geralmente vinculado a partidos e movimentos políticos, e está organizado em entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), os diretórios centrais, as executivas de curso e alguns centros e diretórios acadêmicos, sendo o tipo de atuação mais tradicional. O segundo é aquele que se preocupa com atividades de lazer, esportes e festividades, como as Associações Atléticas, alguns centros e diretórios acadêmicos e centros estudantis. O terceiro tipo é aquele que se preocupa com a profissionalização e maior capacitação técnica do/a estudante, e que se organiza sob a forma de empresas juniores e escritórios pilotos. E o quarto são os coletivos autônomos nos quais os estudantes se organizam, podendo ter variadas temáticas, como questões de gênero, orientação sexual, raciais, artísticas etc.

Constata-se quatro tipos de práticas bastante distintas. Na primeira há uma ênfase político-social, na segunda uma preocupação ligada ao lazer e convívio relacional entre estudantes, a terceira relaciona-se a questões de formação técnica, profissionalização e mercado e a quarta refere-se a mobilizações independentes e espontâneas. Tanto na segunda, como na terceira vertente, muitas das práticas sociais assumidas pelos/as estudantes podem se converter em mero assistencialismo. Neste sentido, todas essas formas podem ser consideradas movimentos estudantis?

Caso se adote a noção de movimento como qualquer tipo de atuação e atividade, pode-se afirmar que essas quatro modalidades são configurações distintas de movimentos estudantis. Contudo, se pensarmos o ME enquanto um movimento social de estudantes, essa categorização muda. Para Melucci (2001), um movimento social define-se por três características: de ser uma ação coletiva que comporte uma solidariedade; da organização manifestar a expressão de um conflito social imanente, por exemplo, o conflito de classes; e da atuação implicar na ruptura dos limites de compatibilidade do sistema vigente. Nessa definição há conflito entre um coletivo social contra o status quo, no qual a ação coletiva está ligada a uma busca pela transformação social, à emergência de forças instituintes frente ao instituído, na tentativa de uma nova configuração nas relações de poder. Deste modo, o movimento social está ligado à noção de transformação. Então, práticas conservadoras,



assistencialistas e burocratizadas de grupos organizados não são consideradas como movimentos sociais. Portanto, o segundo tipo de ação estudantil, ligado a tarefas de lazer e esportivas, não é considerado um movimento social de estudantes, a partir da conceitualização de Melucci (2001), pois tais práticas não manifestam a expressão de um conflito social e nem implicam qualquer tipo de ruptura aos limites de compatibilidade do sistema hegemônico. Por isso não consideramos tal forma organizativa como ME.

A terceira vertente também não é considerada como um movimento social de estudantes, pois ela não se debruça na luta por transformações sociais no contexto político, mas sim na melhor formação e adaptação de futuros/as profissionais no mercado. Mesmo os projetos sociais das empresas juniores, ditos transformadores das realidades sociais da população pobre, na maioria das vezes delinham-se como uma ação assistencialista, sendo muitas vezes correia transmissora dos valores e juízos da classe média para as classes de baixa-renda (Hur, 2013a). Podem até chegar a desenvolver práticas que fomentem um caráter transformador da realidade vivida, porém não é a prática costumeira. Não se distinguem dos projetos sociais de fundações privadas e Organizações Não Governamentais (ONG), que assumem caráter mais ocupacional, assistencialista e seguem o ritmo ditado pelo neoliberalismo e pela economia de mercado. Então, a partir da conceitualização de Melucci (2001), também não consideramos essa terceira modalidade como um ME. Ressalta-se que não menosprezamos a atuação dessas duas formas de movimento de estudantes, apenas sublinhamos que não se referem a movimentos sociais.

A primeira e a quarta vertentes citadas podem ser consideradas como um movimento social de estudantes. As formas organizativas de luta, de combate contra a precarização da educação, por um projeto nacional contra-hegemônico em ciência e tecnologia, ou com outras bandeiras de luta, relacionadas à distribuição da terra, à reforma psiquiátrica, aos conflitos raciais, de gênero, de orientação sexual etc., são consideradas movimentos estudantis pela força instituinte que trazem em seu bojo, em que se pretende transformar políticas, valores e formas de ser na sociedade. São reivindicações que entram em conflito com a ordem social instituída e que abalam os territórios existenciais constituídos. Porém, dentro da primeira vertente, vemos muitas entidades atuarem em prol de uma doutrinação e codificação social, em que propagam uma ideologia e ações defendidas pelas classes dominantes e pelo Estado. Essa atuação pode reproduzir uma governamentalidade de Estado (Foucault, 1979), estando ligada à estratificação das relações de forças instituídas, a uma perpetuação da conformidade, da paralisia e da estática ao invés do fomento da autonomia e de um movimento que incite a transformação e emancipação social. Já a quarta modalidade refere-se a uma forma bastante nova de atuação política, que se organiza a partir de células e coletivos autônomos – muitas vezes críticos aos tradicionais partidos e sindicatos da esquerda política, em outros momentos parceiros e aliados prioritários dos partidos, atuando como correntes unificadoras das lutas sociais. Assemelham-se mais ao conceito de multidão de Hardt e Negri (2006), do que à tradicional divisão entre classes sociais.



Movimento estudantil na década de 1960: o sonho da revolução

O ME da década de 1960 é tomado como referência para as práticas atuais. Expressou uma efervescência política que atualizava as potências instituintes em diversos âmbitos: as transformações culturais-sociais-sexuais (Ridenti, 1993), a Revolução cubana, novos movimentos artísticos emergindo, a propagação do uso da pílula anticoncepcional e o sexo livre etc. A década de 1960 representou revoluções molares e moleculares, no ponto de vista da macropolítica – da conjuntura política nacional e internacional – e, como denominado por Guattari (1987), da micropolítica, dos agenciamentos desejantes no campo social. Transformaram-se os hábitos e costumes de vida cotidianos com a revolução sexual e artística e desejava-se ampliar-ressoar tais modificações para o campo macropolítico, no desejo de revolucionar o país, contra a ideologia do populismo, a intervenção do imperialismo norte-americano na política brasileira e dos militares no poder do país. Um acontecimento emblemático mundial foi o maio de 68 francês, com suas barricadas do desejo (Matos, 1989).

O golpe militar de Estado em 1964 foi uma barreira aos fluxos desejantes dessa década. O Estado ditatorial perseguiu os movimentos sociais, proibindo-os. Movimentos sindical, estudantil e artístico foram coibidos. Gradativamente, instituiu-se uma série de atos institucionais, que cassaram a liberdade e direitos políticos, pelos quais os militares outorgaram-se para si plenos poderes (Skidmore, 1998). Para os grupos de resistência, a solução foi a organização e a luta para combater a ordem vigente e libertar o país (Hur, 2013b).

No ME havia muitos grupos organizados, como a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Política Operária (POLOP) (Ridenti & Reis, 2007). Tinham estratégias e táticas diferentes de atuação, porém compartilhavam do mesmo objetivo de combater a ditadura militar. Ou seja, mesmo com as diferentes singularidades do ME, ele possuía um projeto coletivo comum. As manifestações estudantis eram tamanhas que o movimento possuía uma grande visibilidade na mídia e na sociedade: tornou-se o porta-voz da resistência contra a ditadura militar.

Todavia, o regime militar recrudesciu a opressão, perseguindo os Congressos estudantis e patrocinando grupos paramilitares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Esses grupos de extrema direita combatiam os grupos estudantis de esquerda, tornando os conflitos mais violentos. Caso célebre foi o conflito da Rua Maria Antônia, ocorrido em outubro de 1968, de estudantes da USP *vs* estudantes da Universidade Mackenzie, no qual a direita apoiada pela polícia causou danos à esquerda estudantil, inclusive com um assassinato (Santos, 1988).

No fim do ano de 1968, a ditadura prendeu os/as participantes do Congresso da UNE, em Ibiúna/SP e decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), legalizando a repressão (Sales, 2007).



Muitos/as estudantes abandonaram o ME e muitos/as outros/as migraram para o movimento clandestino armado, para as organizações guerrilheiras, acreditando e arriscando a vida pelo projeto revolucionário. Os grupos guerrilheiros – como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), entre outros – combateram aguerridamente a ditadura, obtendo alguns êxitos. Contudo a repressão foi tamanha que tal mobilização foi dizimada, momento em que centenas de militantes foram assassinados/as e “desaparecidos/as” e muitos/as outros/as partiram para o exílio (Gorender, 1998). Da Psicologia, figuras como Iara Iavelberg e a estudante Aurora Nascimento Furtado foram cruelmente assassinadas (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Para conservar suas memórias, o Centro Acadêmico e o auditório do prédio de aulas do Instituto de Psicologia da USP respectivamente foram batizados com seus nomes.

Consideramos que a grande mobilização estudantil dessa época se deveu à nitidez na tarefa coletiva que tinham; de busca pela transformação social e de luta contra a ditadura. Dessa forma essa tarefa coletiva nítida propiciou objetividade nas ações, na organização dos coletivos e na emergência de um projeto coletivo (Hur, 2003).

O movimento estudantil de psicologia

Ribeiro⁵ (1998) afirma que em 1965 houve uma primeira tentativa de organizar um encontro entre estudantes de Psicologia, o ENEPsi. Nesta primeira reunião nacional, a discussão foi sobre a conjuntura política nacional, “mas uma questão que já tomava conta dos estudantes era o currículo, que deveria ser mudado, principalmente porque ele foi fixado pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 403/62), sem grandes estudos e respaldos da comunidade *psi*” (Ribeiro, 1998, p. 122). O ENEPsi não teve continuidade e apenas organizou dois encontros, sendo inviabilizado pela ditadura militar. Vale ressaltar que a discussão sobre o currículo de psicologia vem ocorrendo desde os primórdios da organização do ME-Psi. Um fato interessante é que teve como primeiro presidente o Professor Antonio da Costa Ciampa⁶.

Com a perseguição do regime militar sobre as organizações políticas nas décadas de 1960 e 1970, uma das saídas assumidas pelo ME foi se esconder atrás de congressos científicos. Muitas entidades estudantis passaram a realizar suas reuniões políticas dentro de congressos científicos de sua área, com o intuito de despistar a repressão. Os centros acadêmicos estavam proibidos, então os/as estudantes assumiam outros “nomes” para suas associações, como Centro de Estudos ou Associação de estudantes. Citamos os casos do CEP (Centro de Estudos Psicológicos), entidade de estudantes de Psicologia da USP de Ribeirão

⁵ Reforçamos que os dados apresentados neste tópico até 1997 referenciam-se na obra de Ribeiro (1998, 2007).

⁶ Autor do importante livro da Psicologia Social brasileira: “A estória do Severino e a história da Severina” (Ciampa, 1987).



Preto e da AUEP (Associação Universitária de Estudos Psicológicos) de alunos/as de Psicologia da USP de São Paulo, hoje chamada de Centro Acadêmico Iara Iavelberg.

Foi no I Encontro Nacional de Estudantes (ENE), no início da década de 1970, que se deliberou pela organização do ME por área. Os/as estudantes de Psicologia organizaram-se dentro de sua área em eventos acadêmicos, como nas Semanas de Psicologia e nos congressos acadêmicos das principais associações científicas de psicologia. Por outro lado, assumiu um lugar central de organização do ME-Psi o Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia (ENEP).

O primeiro e o segundo ENEP realizaram-se dentro do maior congresso de Psicologia da época, em meio às reuniões da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Ocorreram respectivamente em 1976 e 1978 na cidade de Ribeirão Preto, no campus da USP. A partir de então os encontros estudantis passaram a ter caráter autônomo e ser itinerantes. O terceiro ENEP ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1979. Estes três primeiros encontros tinham um forte caráter político, partidário (de esquerda), combativo à ditadura e direcionado à reconstituição da UNE. No terceiro encontro, a entidade organizadora de estudantes de Psicologia, de Comissão Organizadora dos Estudantes de Psicologia (COEP), passou a se chamar Secretaria da Psicologia da UNE (SEPUNE), visto que a UNE foi reconstruída em 1979. Também foi uma tentativa de integrar os movimentos de área à entidade máxima estudantil. Devido às disputas partidárias de quais grupos ocupariam a UNE, esse terceiro encontro foi conflituoso e desorganizado. Assim, houve uma desmobilização no movimento e o IV ENEP, na Universidade Santa Úrsula (USU-RJ) em 1981, contou com a participação de apenas 200 estudantes. Além da SEPUNE, o movimento contava com outra organização: a Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia. No V ENEP, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1982, marcou-se um distanciamento em relação a UNE e a consequente desarticulação da SEPUNE. O encontro começou a assumir um caráter mais acadêmico, ligado à singularidade dos/as estudantes de Psicologia. Ribeiro (1998, 2007) chama esse **primeiro momento** de “surgimento do ENEP com os grupos políticos estudantis no comando”.

O **segundo período** é o denominado de “período de transição: o ENEP tenta mudar” (Ribeiro, 1998, 2007), quando há um declínio da discussão política e o aumento do enfoque acadêmico. A partir do VI ENEP, em 1983, na Universidade Católica de Goiás (UCG), a prioridade foi ampliar o movimento e atingir a base estudantil. Fortaleceu-se a faceta acadêmica ligada aos/às estudantes de Psicologia, assim as discussões ficaram mais ligadas à formação, com mesas redondas e minicursos acadêmicos. Foi o caso também do VII e VIII ENEP, realizados respectivamente no Centro de Estudos Superiores de Maceió/AL (CESMAC), em 1984, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1985. Entre um ENEP e outro se realizavam reuniões de seu conselho de entidades de base: o Conselho Nacional de Entidades de Psicologia (CONEP).



De 1986 a 1990, Ribeiro (1998, 2007) denomina o **terceiro momento** de “Retorno dos grupos políticos”. Constata-se que é o período da redemocratização do país e da votação da Constituinte. Dessa forma, retornaram os grupos políticos, agora ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), para pautarem suas plataformas políticas no ME-Psi. O IX ENEP realizou-se na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO/PE), em 1986; o X na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1988; o XI na UFMG, também em 1988; e o XII na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1990. Uma das discussões importantes desse período, além das disputas partidárias, foi a questão da reforma curricular da Psicologia, bandeira levantada desde o primeiro ENEP, em 1976, assim como no ENEPsi, em 1965. O ME-Psi também organizou um seminário nacional de currículo na USP/SP, em 1989, entretanto não chegou a encaminhamentos concretos. Outra bandeira defendida e que merece ser citada desse período foi a da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial.

Os anos de 1992 a 2001 marcam o **quarto período**, em que “os grupos políticos perdem espaço e que as regionais ganham força”. Ribeiro (1998, 2007) categoriza este período até 1998, ano de conclusão de sua pesquisa. Este já é um período em que a SEPUNE estava totalmente distante e desarticulada, pois não havia mais ligação direta do ME-Psi com a UNE. As organizações regionais assumiram destaque, nucleadas em entidades denominadas COREP, Conselho Regional de Estudantes de Psicologia, em que estados e grupos de estados possuíam o seu – por exemplo, a região sul tem o COREP-Sul, São Paulo o COREP-SP. Vale ressaltar que essa organização era semelhante à organização dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Hur (2003) levanta a hipótese de uma possível filiação dos COREPs em relação aos CRPs, de como as entidades profissionais de Psicologia serviram de referência para a organização do ME-Psi, mesmo que ambos movimentos tenham práticas políticas e configurações diferentes.

O XIII ENEP ocorreu em 1992, na USP-SP, e já não havia mais SEPUNE, apenas a Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia, que também recebia a sigla de ENEP. O XIV ocorreu em 1994 na PUC do Rio Grande do Sul e o espaço configurava-se mais como de encontro e integração, afastado dos temas políticos da conjuntura nacional que marcaram as fases anteriores do ME-Psi. O estatuto da Executiva, tema discutido desde os primórdios dos ENEPs, finalmente foi aprovado, mas o grupo responsável por legalizá-lo não realizou a tarefa (Ribeiro, 1998). Foi nesse ENEP que começaram as tradicionais festas chamadas ENEP-Gay⁷, onde “homens se vestem de mulheres e mulheres de homens”. Consideramos que esse acontecimento festivo está ligado a uma das bandeiras de luta adotadas posteriormente pelo movimento: a da diversidade sexual. O XV ENEP ocorreu em 1997 na Universidade Federal

⁷ A partir de 2005, no XIX ENEP, realizado em Vitória/ES, a festa passou a se chamar TransENEP, em referência às “transgressões” de gênero que ocorriam durante o evento. Entretanto, a partir do XXVIII ENEP, realizado em 2015, também em Vitória/ES, o formato da festa foi duramente criticado por integrantes dos movimentos LGBT, que consideraram que neste formato a festa acabava por “exotizar” as vivências trans e fortalecer estereótipos, pouco contribuindo para a superação de transfobias.



Fluminense (UFF), em Niterói/RJ, e foi considerado pelos/as participantes como bastante desorganizado. A desmobilização foi tamanha que a direção da Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia se desfez. Para que ela não acabasse, estudantes considerados/as “inexperientes”, com pouca participação política anterior, a assumem. Dessa forma, a partir disso, o tom de integração entre estudantes e o encontro afetivo se tornou uma tendência predominante nos ENEPs e a organização por região foi expandida.

Em 1999 ocorreu o XVI ENEP no Unicentro Newton Paiva (UNP), em Belo Horizonte/MG. Discutiu-se muito o estatuto, mas não foi possível aprová-lo. Pela discordância nos encaminhamentos decidiu-se não votar em uma nova gestão da Executiva Nacional, ficando o ME-Psi sem uma diretoria executiva nacional. Antes do XVII ENEP, ocorrido em 2001 na Universidade Estadual de Londrina (UEL), os militantes estudantis resolveram não retomar a executiva e se organizaram na forma de coletivo autogerido, a partir do Conselho Nacional das Entidades Estudantis de Psicologia (CONEP). Os CONEPs eram reuniões periódicas em que participavam representantes de centros e diretórios acadêmicos de Psicologia. Como não havia mais diretoria executiva, foram eleitos/as delegados/as temporários/as, como de finanças, de comunicação e institucional. Gerou-se assim uma alta rotatividade nos cargos executivos das inúmeras reuniões intersticiais aos ENEPs. No XVII ENEP, o conflito inter-regional explodiu, marcando as diferenças não mais entre grupos político-partidários, mas divergências entre propostas de distintos COREPs.

Neste período, as discussões de formação foram priorizadas, havendo intensas críticas às diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação (MEC), ao Exame Nacional de Cursos (intitulado pelo ME de Provão) e ao Registro de Especialistas em Psicologia, proposto pelo Sistema Conselhos de Psicologia. No fim da década de 1990, a partir da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foram propostas diretrizes curriculares nacionais para a Psicologia, num formato que flexibilizou o antigo currículo mínimo. Tal proposta gerou discussões e reuniões com outras entidades – como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), entre outras – no intuito de propor alterações nas diretrizes. Todas as entidades nacionais da Psicologia, exceto a SBP, foram contrárias à proposta das diretrizes curriculares do MEC, mas esta mobilização não obteve êxito. O ME-Psi e as supracitadas entidades de Psicologia também foram contrárias ao Provão, programa do Governo Federal criado para a avaliação dos cursos de ensino superior. O CONEP em 2001 e 2002 organizou um grande boicote ao exame, em que mais de uma dúzia de cursos de Psicologia, principalmente de instituições públicas, articulados pelo ME-Psi, optaram por não realizar o exame. Já as manifestações contra o registro de especialista em Psicologia foram mais tímidas, sendo publicados apenas documentos e um abaixo-assinado com posições contrárias à iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia.

Nos ENEPs de 2003, XVIII na Universidade Federal do Sergipe (UFS), e de 2005, XIX na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), há o **quinto período** que denominamos de



“PT no ME-Psi”. Com a vitória de Lula para a presidência do país houve a participação de diversos/as estudantes partidários/as no ME-Psi. Muitas das deliberações eram balizadas pelas ideologias partidárias, que superaram as diferenças regionais. Havia também correntes ligadas a outros partidos, porém a grande maioria era vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, tivemos a atuação do coletivo estudantil “Kizomba”, organizado por militantes da Democracia Socialista (DS), tendência interna do PT – alguns/umas que logo migrariam para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), devido a divergências com o andamento do primeiro Governo Lula (2003-2006). Entretanto, mesmo com a partidização do debate político, o movimento assumiu formas organizativas autogestionárias. Na plenária do XVIII ENEP, de 2003, houve uma modificação na gestão do movimento. As reuniões do Conselho, chamadas neste momento de CONEPsi, passaram a ser abertas a todos os centros, diretórios acadêmicos e estudantes de Psicologia. Constituiu-se assim uma entidade executiva chamada Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP), onde os cargos foram divididos pelas diferentes regiões do país. Vale ressaltar que esse ENEP foi o que contou com uma das maiores participações de estudantes de Psicologia, cerca de mil e quinhentos e o tema da diversidade sexual foi uma importante bandeira de luta.

De certa forma, muitas decisões políticas de parte do movimento neste período se atrelaram às decisões do Governo Federal, principalmente após a eleição de Lula como presidente. Um exemplo disso foi a relação estabelecida com a UNE. Desde a década de 1990, muitas críticas eram feitas à UNE e à forma como a entidade era conduzida, com prestações de conta questionadas, práticas autoritárias e declaradamente governistas. A entidade máxima não fomentava movimentos considerados importantes por diversos grupos estudantis, como o boicote ao Provão – estes tinham que partir das bases. A CONEP foi uma das entidades críticas das posições assumidas pela UNE, dirigida majoritariamente por militantes da União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao PCdoB. A partir de 2004 se articulou um movimento estudantil de oposição de esquerda ao Governo Lula, atuando fundamentalmente contra a Reforma Universitária e buscando a construção de espaços paralelos à UNE (Valdo, Teixeira & Silva, 2016). Posteriormente, ocorreram iniciativas como a realização do Encontro Nacional de Estudantes (ENE) e a criação da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE), a partir da iniciativa de militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU), que desenrolaria na ruptura de uma parte minoritária de grupos estudantis com a UNE e na criação da entidade paralela Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), em 2009. Apesar disso, outra parte da oposição de esquerda se manteve nos espaços da UNE, entretanto, passando a priorizar o chamado “movimento de área” e as executivas de curso, com a criação da Federação Nacional de Executivas e Federações de Curso (FENEX), em 2004, onde ingressariam em peso diversos grupos vinculados ao PSOL.



Contudo, no XIX ENEP, em 2005, quando havia uma proposta de desfiliação da UNE pelas críticas acumuladas historicamente, as correntes ligadas ao PT foram de posição contrária e defenderam a manutenção da filiação, mesmo com as posições consideradas retrógradas da UNE, como o apoio à Reforma Universitária. Como na plenária final o número e a força de militantes e simpatizantes do PT eram elevados, venceu a proposta de manutenção da filiação, sendo que a maioria dos/as estudantes “independentes” (sem filiação a partidos) votou pela desfiliação. Um resultado que expressa a adesão de parte do ME-Psi às políticas do PT, mesmo levando em consideração o histórico de críticas à UNE nas discussões dos últimos anos.

O XX ENEP ocorreu em 2007 na cidade de Curitiba/PR e o XXI em 2008 no campus da UFMS, na cidade de Campo Grande/MS. Notamos que houve um refluxo de militantes do PT e a maioria dos/as estudantes participantes não tinha ligação direta com partidos políticos. As discussões e atividades foram menos centralizadas pela comissão organizadora, tendo destaque as atividades chamadas de Grupos de Discussão e Vivência (GDV), que eram livremente propostas pelos/as estudantes inscritos no encontro. Talvez essa nova disposição descentralizada tenha contribuído para uma participação maior na plenária final, que contou com uma significativa participação dos/as inscritos/as, enquanto as outras atividades como as mesas-redondas não tiveram tanta participação. Uma proposta aprovada na plenária de 2008 foi uma mudança na forma de deliberação nas reuniões do CONEPsi, em que o direito ao voto não seria mais por centro acadêmico e sim pelo sufrágio universal. Tal encaminhamento impulsionou a autogestão do movimento, em que o posicionamento direto de estudantes passou a ser valorizado, sem a mediação de uma entidade estudantil. Devido a esses aspectos, chamamos esse **sexto período** de “descentralização no ME-Psi”.

A partir do XXII ENEP, realizado em Belo Horizonte/MG, em 2009, iniciou-se um período de forte atuação de setores do PSOL na CONEP, que passa a assumir uma posição mais definida e aberta de oposição às políticas do Governo Federal, organizando campanhas contra a Reforma Universitária e pelo boicote ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), uma reedição do antigo Provão. Também nesse período, foi aprovada a ruptura formal com a UNE, com a proibição de representantes da CONEP de participarem de seus espaços (poderiam participar apenas individualmente), sendo aprovado o mesmo em relação à ANEL. O XXII ENEP foi marcado por diversos problemas estruturais, tendo ocorrido em uma escola pública que não comportava a grande quantidade de participantes (em torno de mil estudantes). A plenária final do encontro teve que ser terminada no CONEPsi seguinte – realizado em Curitiba, naquele mesmo ano – pois a polícia invadira a escola no meio das discussões, prendendo três estudantes acusados por porte e tráfico de drogas (maconha em específico), finalizando o encontro de forma trágica. Após este ENEP, entre os setores do PSOL que passaram a atuar em peso na CONEP, tivemos o Coletivo



Barricadas⁸, vinculado à tendência interna Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL); e o Coletivo Construção, vinculado à Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR).

O XXIII ENEP ocorreu na Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém/PA, no ano de 2010, pela primeira vez na região Norte do país. No entanto, foi o encontro onde se acirraram as divergências entre estudantes “independentes”, com concepções mais autonomistas, e estudantes organizados/as em coletivos estudantis e partidos. Algo que resultaria no rompimento do Coletivo Regional de Estudantes de Psicologia do Norte e Nordeste (COEREP-N/NE) com a CONEP, passando a organizar encontros regionais paralelos aos ENEP. Em 2011, tivemos o XXIV ENEP em São Paulo/SP, com diversos problemas de estrutura pela dificuldade de se conseguir um alojamento adequado, sendo organizado pelo COREP-SP com uma forte atuação de militantes organizados/as em coletivos estudantis. Dessa forma, no **sétimo período**, de 2009 a 2011, há o retorno das forças partidárias no movimento e o intitulamos de “PSOL no ME-Psi”.

Os ENEPs de 2012 e de 2013 – respectivamente, XXV na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá/MT; e XXVI na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia/GO – foram marcados por um forte teor político, vinculado a acontecimentos externos ao ME-Psi, mais especificamente, à Greve das Universidades Federais de 2012 e às Manifestações de Junho de 2013. Em certa medida, o ME-Psi e a CONEP acompanharam a intensificação dos conflitos políticos e sociais no país, principalmente a partir da participação de estudantes de Psicologia nas diversas lutas políticas que eram travadas em diferentes regiões do país; nas greves, nas ocupações rurais e urbanas, nos protestos de rua etc. Era o início da corrosão da popularidade dos governos petistas e do fim da hegemonia de seu projeto de poder sobre diversos movimentos sociais e organizações políticas.

Durante este período, no interior da CONEP, esteve consolidada uma política de oposição de esquerda ao Governo Federal, apesar de haverem algumas posições minoritárias de coletivos acusados de “governistas”, como o Levante Popular da Juventude (LPJ) – vinculado à Consulta Popular, organização de grande peso no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Também se ampliava a distância da CONEP com a UNE, apoiadora incondicional do Governo Federal. De grande relevância, a partir do ENEP de 2012, foram criados os “setoriais auto-organizados” de mulheres, negros e negras, e LGBT, como uma forma de priorização da luta contra as opressões no interior da entidade e como uma crítica à hegemonia masculina, heterossexual e branca nos espaços políticos da psicologia e, de forma geral, da sociedade brasileira.

Em 2014, foi realizado o XXVII ENEP na Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza/CE, com a proposta de reaproximação da CONEP com o Norte e o Nordeste do país. A UECE vivia uma forte crise financeira e estrutural, sendo também uma universidade

⁸ O Barricadas posteriormente se tornou o Rompendo Amarras, em 2012, e depois o coletivo RUA - Juventude Anticapitalista, em 2014, a partir da fusão com o coletivo de movimento estudantil Levante!, seguindo a fusão das tendências CSOL e Enlace do PSOL, que se tornaram a Insurgência.



localizada em um bairro periférico de Fortaleza, com altos índices de criminalidade e pobreza. Esse encontro expôs as fissuras entre as diferentes concepções sobre o “participar” dos ENEPs, principalmente entre os “grupos políticos”, os/as “participantes” e os/as “turistas”, assim como denominou Ribeiro (1998). Os/as turistas, engajados/as apenas na participação das festas e na visita de atrações turísticas da cidade, atuando em uma perspectiva clientelista, reclamavam assiduamente sobre a falta de conforto nos alojamentos, sobre a “péssima” comida do restaurante universitário e sobre a longa distância das praias e do centro da cidade. Em determinado momento, por conta do aumento crescente de roubos e furtos dentro dos alojamentos, o pânico se instaurou e o encontro se desfez um dia antes do previsto, com a fuga da ampla maioria dos/as participantes e a saída antecipada de caravanas inteiras. Em decorrência disso, a plenária final foi composta basicamente pelos grupos políticos que compunham a CONEP e a comissão organizadora, principalmente por conta de um compromisso político estabelecido pela manutenção da entidade, sendo uma das menores plenárias finais da história dos ENEPs.

Por outro lado, esse ENEP foi também marcado pelas discussões em torno do acirramento das lutas políticas no país e o aumento substancial da repressão estatal sobre os movimentos sociais. Apesar das contradições sempre presentes no ME-Psi, que não pode ser lido de forma homogênea, esse período foi marcado por uma grande turbulência política que reacendeu o debate sobre a radicalização das táticas dos movimentos sociais, principalmente no tocante ao enfrentamento à repressão policial-estatal. De 2012, da realização de uma das maiores mobilizações estudantis com a greve nacional das universidades federais, a 2013, com os impactos das manifestações de junho sobre todas as lutas políticas no país, foram muitas as transformações no seio do ME-Psi.

Os ENEPs de 2015, XXVIII na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizado em Vitória/ES, e de 2016, XXIX na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), realizado em Cruz das Almas/BA, trouxeram de maneira inédita a centralidade na discussão sobre raça/etnia na Psicologia, a partir do protagonismo de estudantes engajados/as na militância em movimentos negros e afrocentrados. Tal discussão, que se iniciou com maior peso no ENEP de 2015, foi oficializada na temática do ENEP de 2016, denominada “A Negritude Revolucionando as Práticas Psi”. Assim, como um reflexo do avanço das discussões sobre raça/etnia dentro do ME-Psi, na plenária final desse ENEP foi apresentada a criação do “Coletivo Preto Nacional de Estudantes de Psicologia: Kilombo Sakhu Sheti”, como um espaço nacional auto-organizado e autônomo à CONEP.

O ENEP Vitória foi um dos maiores da história, com a presença de em torno de mil de duzentos participantes. Tivemos neste encontro o auxílio e a participação de pessoas que organizaram o ENEP de 2005 no mesmo local, construindo uma interessante relação de parceria entre duas gerações de membros da CONEP separadas por uma década. Outro fato importante é que o ENEP Vitória foi o último momento em que os grupos políticos vinculados ao PSOL, tradicionalmente presentes na CONEP desde 2009, tiveram um peso



significativo. O ENEP de 2016 foi marcado por um novo refluxo das organizações político-partidárias, com um forte protagonismo de estudantes “independentes”. Também foi um período de grande turbulência política, principalmente pelos conflitos e tensões relacionados ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT), com a instauração do Governo Interino de Michel Temer (PMDB), delineando um período de reorganização e avanço do conservadorismo político no Brasil.

Por fim, neste último período de 2012 a 2016, que foi marcado por uma grave crise política e social, expressou-se a radicalização de diversas lutas sociais, sobretudo nas chamadas “lutas identitárias” protagonizadas principalmente pelos movimentos feministas, LGBT e de negritude; nas novas manifestações de rua pós-2013 e em um reavivamento da “luta de classes” a partir do crescimento das greves vindas diretamente das bases, estranhas ao antigo sindicalismo burocrático. O ME-Psi esteve diretamente conectado com esse novo clima político, apesar de resguardadas suas particularidades enquanto um movimento social específico. Neste sentido, chamamos o **oitavo período** de “Radicalização das lutas sociais no ME-Psi”, por sintetizar o momento de eclosão política que afetou conseqüentemente todos os movimentos sociais e a sociedade brasileira como um todo.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir o ME-Psi tomando como referência o seu histórico e o contexto político brasileiro. Compreendemos que no ME dos anos 1960 e no ME-Psi há agenciamentos distintos de estudantes. No primeiro caso havia uma luta focada, política, contra a ditadura. Foi um movimento social de estudantes, um autêntico ME transformador, que expressa um conflito, é instituinte e tem como objetivo a Revolução. E o ME-Psi, atualiza esse potencial disruptor, revolucionário? Traz políticas transformadoras do social? Consideramos que a diferença no contexto político altera as práticas políticas e a identidade dos movimentos. Na década de 1960, o “inimigo” a se combater era claro e imediato: a ditadura civil-militar. Dessa forma, a compreensão da tarefa, do projeto, da estratégia e tática de lutas era nítida. O inimigo estava encarnado nas práticas, discursos e corpos dos militares. Já na atualidade, há uma dificuldade para focalizar precisamente os “inimigos” a se travar as lutas. O discurso neoliberal propagado nos anos de 2000 dizia que vivíamos um período de democracia e livre expressão, como se não existisse mais uma opressão estrutural. Isto se mostrou como um discurso ideológico falacioso, pois ainda existe um Estado que mantém as mesmas relações de forças à serviço das classes dominantes, que espoliam e contraem a mais valia das classes dominadas, e nos últimos anos se reorganizaram políticas conservadoras e movimentos de extrema-direita no Brasil, amplificando os conflitos sociais, a dominação e a violência política. Por outro lado, a partir da consolidação da democracia neoliberal o sujeito dominador se despersonalizou, desencarnou-se, ele não é mais uma pessoa, ou apenas um



grupo, ou uma Instituição; mas sim as relações competitivas e predatórias que seguem a lógica do Capitalismo (Hur, 2018).

No percurso histórico do ME-Psi constatamos um ir e vir em sua relação com partidos políticos, que foi norteado por acontecimentos da conjuntura nacional, como a opressão do regime militar, a redemocratização do país, a ascensão do PT ao Governo Federal e o atual momento de crise política e radicalização das lutas sociais. O 1º, 3º, 5º e 7º períodos foram marcados pela sua relação direta com os partidos, seja com os grupos políticos em geral (1º e 3º), o PT (5º) ou o PSOL (7º). Nos períodos de distanciamento dos grupos políticos instituídos, constatou-se uma atuação que se referiu às tentativas de reorganização (2º), a uma descentralização do ME-Psi, quando as regionais ganharam força (4º e 6º), ou atualmente, com a radicalização das lutas sociais (8º) a partir da atuação de grupos não vinculados a partidos, como o caso dos coletivos mobilizados por políticas “identitárias”.

No quinto período, do “PT no ME-Psi”, parte significativa do movimento acabou por ficar muito atrelado às políticas defendidas pelo seu partido hegemônico e, conseqüentemente, pelas práticas de Estado. Abandonou a crítica à Reforma Universitária – luta que, por exemplo, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) encabeçava – e a apoiou por ser uma reforma levada pelo PT. Abandonou as críticas à UNE, por sua direção majoritária, PCdoB, ser um partido da base do Governo Federal, mantendo assim a “unidade” governista. Ou seja, consideramos que nesse período ocorreu um atrelamento à ideologia do partido e por alianças que o PT fez com outros grupos para se manter no poder. Dessa forma, mesmo com um potencial transformador, assistiu-se a um movimento que acabou reproduzindo a estrutura social instituída e, de máquina de guerra, o ME-Psi se converteu em braço do Estado, em parte Aparelho de captura. Entretanto, nos períodos posteriores houve um processo de desvinculação do ME-Psi com o projeto governista. Este começou a atuar de forma mais crítica às políticas do Governo Federal, retomando a oposição à Reforma Universitária e se realocando ao lado das lutas sociais de questionamento às estruturas sociais instituídas; seja pelo protagonismo das organizações político-partidárias, com destaque para os grupos vinculados ao PSOL, ou pela atuação de militantes “independentes” articulados em coletivos autonomistas ou em Centros Acadêmicos e Coletivos Regionais. O desgaste do projeto governista de poder ao longo dos últimos anos, antes do impeachment de Dilma Rousseff, amplificou essa distância entre políticas governamentais e movimento social, contribuindo para afirmação do caráter insurgente e insurrecional do ME-Psi no último período.

Por fim, é importante explicitar e destacar que não pretendemos construir uma história “oficial” e final sobre o ME-Psi. Assumimos que nossa narrativa é coberta de lacunas e é sobretudo macropolítica, não abarcando a totalidade de experiências e percepções que percorrem a memória das pessoas que vivenciaram o movimento estudantil de psicologia. Certamente, a realização de estudos que se focalizam nas experiências pessoais e nas percepções subjetivas de ex-militantes é uma tarefa fundamental, um fazer ainda em aberto.



Temos consciência que produzimos uma história parcial, que em nenhum momento se pretendeu totalizante e acabada. Assim, neste ensaio, focamos e demos visibilidade essencialmente aos Encontros Nacionais e à CONEP. Por outro lado, buscamos não excluir a existência diversa que percorre o ME-Psi nacionalmente, ainda mais quando falamos em um país de proporções continentais como o Brasil. Esperamos que outros escritos – e que nosso artigo incite e contribua neste sentido – busquem preencher as lacunas deixadas e que possam assim visibilizar outras histórias do ME-Psi brasileiro. O movimento estudantil de psicologia não pode permanecer apagado das histórias “oficiais” da psicologia brasileira, assim como vem ocorrendo há muito tempo.

Referências

- Antunes, M. A. M. (1998). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC.
- Aragusuku, H. A. & Lee, H. O. (2015). A psicologia brasileira e as políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 5(1), 131-154.
- Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade* (G. Reynaud, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1975).
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Brasília: CFP.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2a ed.). (L. O. Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2003).
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5). (A. L. Oliveira, Trad.). São Paulo: 34. (Original publicado em 1980).
- Fernandes, F. M. B. (2015). Considerações metodológicas sobre a técnica de observação participante. Em R. A. Mattos & T. W. F. Baptista. *Caminhos para análise das políticas de saúde* [versão digital] (pp. 487-506). Recuperado em 24 de outubro, 2018, de historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-interlocucoes-praticas-experiencias-e-pesquisas-em-saude/caminhos-para-analise-das-politicas-de-saude-pdf
- Foracchi, M. M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org. e Trad.). São Paulo: Graal. (Original publicado em 1975).



- Gorender, J. (1998). *Combate nas trevas* (5a ed. rev. ampl.). São Paulo: Ática.
- Guattari, F. (1987). *Revolução molecular* (3a ed.) (S. B. Rolnik, Trad.). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1977).
- Guedes, M. C. (1998). *História e historiografia da psicologia: revisões e novas pesquisas*. São Paulo: EDUC.
- Hardt, M. & Negri, A. (2006). *Multitud: Guerra y democracia en la era del Imperio*. Barcelona: Debate.
- Hur, D. U. (2003). Reflexões sobre o Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP-SP) e o Movimento Estudantil (ME): Uma análise a partir de 1960. *Revista de Psicologia Política*, 3(5), 159-176.
- Hur, D. U. (2007). A Psicologia e suas entidades de classe: histórias sobre sua fundação e algumas práticas no Estado de São Paulo nos anos 70. *Revista de Psicologia Política*, 13(1). Recuperado em 4 de junho, 2018, de www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=17&layout=html
- Hur, D. U. (2009). O surgimento da esquerda nas entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo, CRP-06 e SPESP, no período da abertura política brasileira. *Mnemosine*, 5(1), 126-145. Recuperado em 8 de maio, 2018, de www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/167/pdf_152
- Hur, D. U. (2012). Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*, 23, 69-90. Recuperado em 8 de agosto, 2018, de www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42166/45839
- Hur, D. U. (2013a). Psicologia Comunitária e Política: Entre a autonomia e o Estado. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 8 (1), 47-62. Recuperado em 8 de agosto, 2018, de seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/522/486
- Hur, D. U. (2013b). Memórias da guerrilha: construção e transformação. *Psicologia e Sociedade*, 25(2), 311-320. Recuperado em 8 de agosto, 2018, de www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/08.pdf
- Hur, D. U. (2018). *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas: Alínea.
- Hur, D. U. & Lacerda Jr., F. (2016). *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. Campinas: Alínea.
- Lapassade, G. (1980). *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.



- Massimi, M. & Guedes, M. C. (2004). *História da Psicologia no Brasil: Novos estudos*. São Paulo: Educ & Cortez.
- Matos, O. C. F. (1989). *Paris 1968 – As barricadas do desejo* (3a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. São Paulo: Vozes.
- Mendes Jr., A. (1982). *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Piccinini, C. A.; Palombini, A.; Gauer, G.; Machado, P.S.; & Simanke, D. (Orgs.). (2014). *Curso de Psicologia da UFRGS – 40 anos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Poerner, A. J. (1979). *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Ribeiro, M. A. (1998). *ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia) - História e Memória de um Movimento*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ribeiro, M. A. (2007). História do movimento estudantil na psicologia: leituras e reflexões acerca do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia). *Memorandum*, 13, 100-119. Recuperado em 8 de agosto, 2018, de seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/10004/7731
- Ridenti, M. (1993). *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Ridenti, M. & Reis, D. A. (Org.). (2007). *História do Marxismo no Brasil. Volume 6: Partidos e Movimentos após os anos 1960*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP.
- Sales, J. R. (2007). *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sandoval, S.; Hur, D. U.; & Dantas, B. S. (2014). *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas, SP: Alínea editorial.
- Santos, M. C. L. (Org.). (1988). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel.
- Skidmore, T. E. (1998). *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Sá-Silva, J. R.; Almeida, C. D.; & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.
- Valdo, J. P. S.; Teixeira, R. V.; & Silva, S. P. (2016). As contribuições e os entraves das organizações políticas no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social. *Universidade e Sociedade*, 59(1), 136-147.



Nota sobre os autores

Domenico Uhnig Hur é psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunya, e pós-doutoral na Universidad de Santiago de Compostela/Espanha. Professor associado de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Secretário de Pesquisas da Associação Ibero-latinoamericana de Psicologia Política. E-mail: domenico@ufg.br

Henrique Araujo Aragusuku: Psicólogo formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Especialista em Psicologia Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e mestrando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: henriquearagusuku@usp.br

Data de recebimento: 21/06/2017

Data de aceite: 28/10/2018